

Relatório de Actividades da AD

Ano de 2006

A O CONTEXTO POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU

O ano de 2006 fica especialmente caracterizado pela existência de um Governo autista, virado para si próprio, hostilizando ou desrespeitando os parceiros sociais, cortando uma a uma todas as pontes de ligação com os seus interlocutores, mesmo os estrangeiros, apresentando tiques de arrogância, auto-convencimento, intransigência e autoritarismo, recusando o diálogo e recorrendo com frequência ao abuso de poder.

Alguns Ministros, afirmando com pompa e circunstância terem chegado ao poder na “*hora h*”, trataram logo de desbaratar de forma inaudita os recursos públicos e financiamentos externos, assaltando o poder financeiro e acabando por se engasgar na sofreguidão de comer *canha*.

Alguns, supostamente conhecedores dos rudimentos da Lei, foram os primeiros a violá-la, não respeitando os acordos anteriormente assinados, suspendendo-os levemente pelo puro prazer revanchista, revelando incompetência, arbitrariedade e ganância e esquecendo-se mesmo de que poderiam estar a comprometer dinâmicas de sucesso de grande impacte social e económico.

Num país como a Guiné-Bissau, cheio de divisões e antagonismos muitas delas artificiais, criadas e alimentadas por pessoas com ambições desmedidas, é da responsabilidade de um Governo sério estabelecer pontos de cooperação e contactos com os sectores mais activos da sociedade, procurando construir uma ampla frente de luta contra o subdesenvolvimento, em vez de os votar ao ostracismo, tentando isolá-los ou mesmo diabolizá-los.

As consequências desta postura traduziram-se no acentuar da existência de uma “*espécie de Estado*”, a funcionar em regime de *self-service* em que tudo está à venda ao desbarato, desde os recursos naturais a ilhas, passando por aeroportos e pistas de aviação, deitando-se para trás das costas os acordos internacionais ambientais subscritos pelo nosso país e que são, ainda, uma das maiores fontes de prestígio no estrangeiro.

Tal como assinalado no relatório de actividades da AD do ano anterior, em que se chamava a atenção para a implantação do circuito da **droga** no nosso país, 2006 veio confirmar o crescimento exponencial que se está a verificar, a sua infiltração em todos os sectores da sociedade guineense e o domínio avassalador a nível das estruturas do Poder e do Estado.

A desintegração das estruturas do Estado que anteriormente eram uma consequência directa da lógica étnica, foi agora suplantada pela constituição de diferentes carteis de droga, que rivalizam entre si, se combatem na conquista

de espaços de controlo e procuram posicionar-se o melhor possível nos centros de decisão política e governamental.

As enormes quantidades de droga que atravessam diariamente a Guiné-Bissau suscitam o interesse e envolvimento dos mais variados sectores da sociedade, chegando mesmo a envolver insuspeitos responsáveis, alguns deles estrangeiros, para além das forças que supostamente deveriam dismantelar as redes e os que a nível judicial deviam punir exemplarmente os narcotraficantes.

Num país pequeno como a Guiné-Bissau o envolvimento de governantes, militares, juizes, políticos, empresários e simples cidadãos, é facilmente identificável através do surgimento de súbitos sinais exteriores de riqueza, injustificáveis à luz dos empregos e receitas de que auferem legalmente.

Para mascarar esta situação, recorre-se ao típico *fogo de diversão* prendendo-se a arraia-miúda, traficantes de beco, sem peso financeiro significativo e que não são enquadrados pelo “poder de serviço” ou os “senhores da droga”. Igualmente se recorre à prática de sujar o nome de todos, mesmo os que mais denunciam e combatem o tráfico de droga criando a imagem na opinião pública de que afinal todos são corruptos e todos estão envolvidos no sistema, subentendendo-se que não vale a pena ter uma postura de seriedade, antes sendo mais inteligente juntar-se à droga e dela aproveitar.

A passividade das organizações internacionais especializadas ajuda a reforçar este sentimento de impotência, mais parecendo que aguardam que o controlo do aparelho de Estado pelos carteis da droga seja total, para logo sair a clamar que se está perante mais um Narco-Estado e que nada há a fazer. Afinal por onde andaram durante este tempo todo?

No meio deste quadro preocupante da evolução de um “país forjado na luta”, é reconfortante assistir-se ao ressurgimento da Liga Guineense dos Direitos Humanos assumindo a liderança intransigente do combate à impunidade, à corrupção e à violação dos direitos humanos, readquirindo o prestígio e a força de outrora. Assim os parceiros externos tenham a capacidade de o compreender e a consciência da importância de se solidarizarem com ela, contribuindo para aumentar o espaço de intervenção da sociedade civil.

No mundo rural a emergência e consolidação, embora ainda lenta, de organizações de agricultores como o Conselho Nacional de Concertação e Cooperação Rural (CNCR), a União dos Pequenos Agricultores de Ingoré (UPAI) e a União das Associações de Cubucaré (UAC) são indicadores de um novo dinamismo e protagonismo no assumir da liderança de novas dinâmicas rurais.

De salientar igualmente o papel desempenhado pela Plataforma das ONG guineenses (PLACON-GB), especialmente nas várias crises ocorridas em 2006, na promoção da democracia e justiça social, ao posicionar-se na linha da frente do combate político por uma estabilidade baseada numa sociedade mais progressiva e solidária. Resta agora à Placon-gb virar-se para uma maior cooperação entre as ONG e para o reforço das suas capacidades operacionais.

B **ASPECTOS MAIS RELEVANTES DE 2006**

O ano de 2006, ficou marcado essencialmente por três aspectos relevantes:

1. Encontro e Festival das Rádios Comunitárias

A organização do 1º Festival das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau intitulado “Ondas da Cidadania” e do 1º Encontro de Formação Intercâmbio e Solidariedade das Rádios Comunitária da CPLP, que se realizaram de 13 a 19 de Março de 2006 em Bissau, foi um dos pontos mais altos dos 15 anos de vida da AD.

Não só pela presença de 48 participantes de todos os países que constituem a CPLP, pelo engajamento das rádios comunitárias guineenses em toda a organização, pelo nível das apresentações e temas abordados, pelas recomendações e declarações saídas e finalmente pela dinâmica de conhecimento recíproco e cooperação que se criou entre os países e as rádios.



Abertura do Encontro



Debate Radiofónico



Apresentação de Tema

A *Declaração de Bissau* das Rádios Comunitárias da CPLP é um momento importante na afirmação da construção colectiva para o fortalecimento do movimento mundial pelo direito à comunicação.

Esta *Declaração* apela ao fim da repressão às rádios comunitárias nos países onde ainda subsiste essa prática autoritária, que sejam criadas condições políticas e legislativas para estimular o desenvolvimento deste modelo democrático de radiodifusão, que sejam apoiadas pelos governos na promoção da pluralidade, inclusão social e busca de qualidade de vida, que o direito de comunicar é um direito humano básico e que a rádio comunitária seja reconhecida como instituição do terceiro sector da comunicação, com gestão colectiva e democrática.



Participantes



Apresentação de Marcus



Debate

Por seu lado, o Encontro das Rádios da CPLP produziu recomendações de grande alcance no sentido de adaptar os seus serviços às necessidades das suas comunidades, para que estas as reconheçam como sua pertença.

Igualmente, as rádios comunitárias devem ser rádios geridas pela comunidade e para a comunidade, incrementando acções que levem os governos a reconhecer o serviço público prestado pelas rádios comunitárias, devendo todas as informações prestadas pelas rádios comunitárias ser isentas e fidedignas, ter um rosto próprio, uma linha editorial coerente com a sua missão de servir a comunidade, dentro do princípio da democratização da palavra e da gestão democrática da sociedade.

As recomendações vão no sentido de levar as rádios comunitárias a articularem-se em redes mais amplas para a difusão das suas emissões, que os radialistas estejam ao serviço da colectividade e não de interesses individuais ou de grupos, que a sua apropriação pela comunidade deve ser entendida como um processo gradual e longo, diversificando parcerias para evitar o monopólio de um patrocinador, para favorecer o pluralismo de informação, apostando num maior equilíbrio de género desde o recrutamento de radialistas, à programação e gestão das próprias rádios.

Em termos de sustentabilidade das rádios comunitárias recomendou-se que ela fosse analisada nas vertentes financeira (captação de fundos, diversificando das fontes de financiamento e melhoramento do modelo de gestão organizativo), de recursos humanos e de equipamento.

Finalmente, considerou-se que as experiências da Guiné-Bissau e do Brasil, pela importância que têm nos países da CPLP, devem ser documentadas e divulgadas para os outros países de língua oficial portuguesa.

A presença do Sr. Presidente da Assembleia Nacional Popular na sessão de abertura do Encontro das Rádios veio dignificar o país e o evento, exemplo que outros infelizmente não seguiram.

O Governo, enquanto órgão colectivo, ignorou a importância deste acontecimento e o que ele significava para a credibilidade e prestígio, muito abalados, da Guiné-Bissau, uma atitude provinciana que vê rivalidade onde ela não existe e mostra querer exercer, em regime de exclusividade, pequenos poderes que julgam seus.

A *cumbossadia* é claramente um subproduto da miséria e do atraso cultural e cívico de quem não compreende o que é ser governo, da importância de não considerar o Estado como uma propriedade individual e para quem o mundo começa e acaba no seu próprio umbigo.

2. Formação Profissional e Comunitária

A integração regional da Guiné-Bissau no espaço UEMOA, sendo um desafio de grande fôlego que pode dinamizar a economia nacional e modernizar as suas estruturas produtivas e sociais, representa simultaneamente uma fonte de preocupação e de perigo se não for encarada com seriedade, visão estratégica, competência e determinação.

Se, pelo contrário, continuar a prevalecer o espírito de mendicidade, de espera pela ajuda que sempre vem de fora, de mesquinhar o triste destino que nos cai em cima, de procurar no *desenrascanso* de última hora a solução milagrosa para os eternos problemas, então é certo e seguro que a Guiné-Bissau, enquanto país, tem os dias contados. E até já há vizinhos que, nesta perspectiva, amolam os dentes para segurar a presa...

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento crescente da taxa de urbanização, especialmente em Bissau para onde se têm deslocado os jovens das zonas rurais à procura de condições de vida que não têm nas suas tabancas. Associado à falta de saídas profissionais do sistema de ensino vigente, o número de desempregados tem vindo a crescer, em contraponto aos jovens dos países vizinhos, profissionalmente habilitados, e que têm vindo a ocupar os postos de trabalho das empresas locais (construção de estradas e pontes, pesca industrial, comércio, administração e contabilidade nos Bancos, etc.).

Tudo isto faz antever, a médio prazo, o surgimento de problemas sociais graves de carácter xenófobo, entre os guineenses que se sentirão usurpados do seu direito ao emprego e os estrangeiros que paulatinamente se foram instalando devido à falta de quadros nacionais competentes.

A capacitação dos jovens, a formação profissional e comunitária representa assim um elemento incontornável na afirmação de uma competência nacional, capaz de valorizar os seus recursos humanos para a concretização de um projecto de desenvolvimento de longo prazo.

Consciente do limite das suas capacidades e mandato, a AD assumiu este desafio nas zonas onde intervém, apresentando como *background* os 15 anos de experiência em domínios tão diversos como os ligados à agricultura, transformação de produtos, introdução de novas tecnologias, ensino infantil e ambiental, associativismo, etc.

A visão estratégica da nossa ONG no domínio da formação, compreende três elementos principais:

» a **formação profissional** de média duração, destinada aos jovens desempregados dos centros urbanos (Bissau e S.Domingos), que concluíram o ensino secundário ou ficaram lá perto, e que lhes permite criar a sua própria empresa, ou então, em casos raros, trabalhar por conta de outrem. Os cursos de electrónica, electricidade, informática, auxiliares de educadores de infância, serralheiros, carpinteiros e painéis solares, são os que têm maior procura.



Cenfor: Serralharia



EAO: Electricidade



Cenfor: Carpintaria

» a **formação comunitária**, normalmente de curta duração, destinada a todos aqueles que não tendo uma formação escolar estão inseridos no chamado sector popular ou informal da economia. Os cursos espriam-se por domínios muito diversos, desde os agrícolas (viveiristas, fruticultores, combate às pragas), aos que cobrem a transformação de produtos (óleo de palma, descasque de arroz, fumagem de peixe, compotas e secagem de fruta, tinturaria), à alfabetização e fabrico de sabão.



Cenfor: costura



Cenfor: alfabetização



Cenfor: tinturaria em lã

» a **formação para o desenvolvimento**, é uma nova área de transmissão de conhecimento onde a AD valoriza os seus 15 anos de experiência de desenvolvimento associativo rural e urbano, bem como temático (comunicação, ensino ambiental, gestão comunitária dos recursos naturais) para o dar a conhecer não só às organizações de base como às próprias ONG e associações que dão os seus primeiros passos e a quem poderá ser útil o conhecimento de casos e experiências práticas com que naturalmente se virão a confrontar e que raramente são apresentadas nas aulas teóricas dos cursos clássicos.

Se grande parte desta formação tem sido feita informalmente, *em serviço*, em particular a que diz respeito aos agrupamentos e suas lideranças, impõe-se que de forma mais metódica e sistematizada a AD disponibilize a sua experiência aos outros, porquanto isso releva de uma postura moral de partilha e de apoio solidário aqueles que, como nós, procuram encontrar caminhos e vias para um desenvolvimento justo e solidário para a Guiné-Bissau.

Estão neste caso a realização de cursos que ajudem a “*elaborar um projecto*” de forma simples e acessível, evitando os mecanismos castradores e tortuosos dos chamados **quadros lógicos** que nunca têm em conta as dinâmicas inovadoras locais, incitam a uma abordagem rígida e esquematizada dos programas e não prevêem nem criam espaços e momentos de mudança. No fundo, não passam de uma adaptação actualizada dos mecanismos do famigerado e defunto *centralismo democrático*, onde a tal lógica assenta na suposta participação dos beneficiários e no centralismo decisivo dos quadros...

Outro tema de formação para o qual a AD tem vindo a ser muito abordada diz respeito à criação, organização e funcionamento de ONG, numa perspectiva prática de identificação de programas, de relacionamento com os financiadores e de valorização dos recursos humanos.

O ano de 2006 viu estes programas de formação atingir um elevado nível de qualidade escolar e de número de alunos, de tal forma que, sem dúvida, foi o sector de actividades da AD que mais contribuiu para o reforço do seu prestígio a nível do país, em particular dos jovens, confirmado pela média da frequência de cerca de 160 alunos por dia na Escola de Artes e Ofícios de Quelele.

Estrategicamente, a AD definiu que a Formação deveria evoluir gradual e primeiramente para uma autonomia financeira e administrativa, posteriormente pedagógica e só muito mais tarde total.

Neste sentido, este ano foi definido detalhadamente e por escrito a relação organizativa, pedagógica e institucional de cada centro de formação com as estruturas locais da AD e criados em cada um deles os seus órgãos de decisão e funcionamento, nomeadamente:

» o **Conselho Consultivo**, que tem por finalidade facilitar a apropriação da escola pela comunidade, sendo um espaço de diálogo sobre o projecto formativo da escola. Visa identificar as necessidades e prioridades de formação, a sua qualidade, analisar a empregabilidade dos formandos e promover uma maior aproximação dos centros com os seus clientes. Dele fazem parte a AD, o Centro, o Ministério da Educação, a Administração Local, as Associações profissionais e comunitárias e os *Homens Grandes*.

» o **Conselho Directivo**, que assegura a definição da estratégia e planificação, da organização, funcionamento e avaliação do Centro, cabendo-lhe propor a contratação de pessoal docente e auxiliar, a aquisição de recursos materiais escolares, a gestão da contabilidade, o bom funcionamento da escola (vigilância, limpeza, embelezamento, luz, água, cumprimento de horários), elaborar o Projecto Educativo da Escola, implementar as sugestões emitidas pelo Conselho Consultivo e promover a avaliação a anual do Centro. Dele fazem parte o Director do Centro, o representante da AD e os professores.

» o **Conselho Pedagógico**, que é o órgão responsável pela elaboração e gestão dos Currículos, assegura o funcionamento pedagógico e garante a qualidade pedagógica da escola. Compete-lhe elaborar o currículo dos cursos (disciplinas, programas, carga horária, elaboração dos horários dos professores e alunos, manuais, nível de admissão de alunos, perfil de saída dos alunos), avaliar o funcionamento e resultados dos cursos, propor o calendário lectivo e supervisionar o dossier pedagógico de cada curso. Fazem parte deste Conselho o Director do Centro, o representante da EAO (para o caso dos outros Centros) e os professores.

Os três Centros de Formação que a AD está a pôr em pé são:

a) a **Escola de Artes e Ofícios de Quelele** (EAO), com uma vocação centrada na capacitação de jovens para as questões urbanas e periurbanas,

promovendo o combate ao desemprego juvenil em Bissau e tentando abrir novos espaços de afirmação profissional para as jovens raparigas.

Em 2006 o número de formandos e a diversidade dos cursos profissionais atingiu um registo notável, sendo procurada por jovens provenientes de todos os bairros da cidade de Bissau. Também foi muito procurada por diversas organizações privadas, associativas e internacionais que recorreram aos seus serviços para organizar encontros, seminários e mesmo formações. Reforçou a sua parceria com o CIATE que ajudou a instalar um novo curso de electricidade dotado de equipamento de boa qualidade.

b) o Centro de Formação Rural de S.Domingos (CENFOR), com um importante papel a desempenhar na formação de jovens que irão ser chamados a prestar serviços nas áreas da construção civil, electricidade, administração, mecânica e informática, considerando que o principal factor de bloqueamento desta região se situa a nível da travessia do rio Cacheu, em S.Vicente, e que com a construção da ponte, dentro de 3 anos ela estará concluída e S.Domingos irá assumir um papel de charneira em termos de integração económica, cultural e social na subregião.

Em 2006 o esforço maior concentrou-se em dotá-lo de uma estrutura funcional autónoma com a designação de um Administrador a tempo inteiro, a criação de serviços administrativos mínimos, a recuperação de determinadas infraestruturas fundamentais como o dormitório com capacidade para 16 alunos, a residência do Administrador do Centro e a construção de uma sala de formação ao ar livre, assim como a abertura de uma conta bancária própria.



Dormitório



Sala de convívio dos alunos



Quarto com 4 camas

Iniciou-se a uniformização de toda a documentação pedagógica, administrativa e contabilística do Cenfor em relação à EAO, para que passe a haver uma coerência na gestão dos diferentes centros de formação da AD.

Neste ano o Cenfor assumiu a responsabilidade pela organização de todas as formações realizadas no exterior do centro, isto é, nas tabancas, assim como na organização de visitas de estudo aos países vizinhos.

c) o Centro de Aprendizagem Rural de Cantanhez (CENAR) é ainda um projecto de sistema de ensino, cuja concepção vem sendo desenvolvida e que se baseará fundamentalmente na utilização da futura televisão comunitária de Cantanhez, a TVMassar. Prevê igualmente a existência de uma pequena unidade de ensino profissional sediada no antigo quartel de Guiledje.

Em 2006 aprofundaram-se os objectivos e o *modus operandi* do CENAR, partindo do princípio que dificilmente se conseguirá fixar nesta zona do país um núcleo de monitores-formadores, pelo que se irá valorizar o uso da televisão como instrumento para fazer chegar às tabancas os conhecimentos a difundir.

Foram definidos três grandes grupos sociais, enquanto principais *clientes* do CENAR:

» os **professores** das escolas publicas e oficiais, que identificaram a matemática e o português como áreas preferenciais em que gostariam de ser reciclados;

» os **jovens** que mostram um grande interesse em receberem uma formação profissional para serem pedreiros, carpinteiros, mecânicos e poceiros, por um lado, e por outro dominarem as técnicas agrícolas como enxertia, poda, luta contra as pragas, ordenamento de pomares e ecoturismo;

» as **mulheres**, interessadas em inovações ligadas à tinturaria de panos e artes domésticas (fabrico de bolos e culinária), para além das que fazem parte do seu dia a dia, óleo de palma, descasque de arroz, horticultura, conservação de frutas e legumes.

Definiu-se como prioritária a produção de 2 cursos em DVD, sendo um destinado a profissionais para a instalação e manutenção de painéis solares e outro para a construção de poços de água. A produção pedagógica dos DVD será realizada no âmbito da cooperação com a Escola Superior de Leiria.

Um balanço global das formações profissionais em 2006, leva-nos a avançar com algumas conclusões:

- a) Registam-se fortes constrangimentos dos formandos em dispor de fundos para **pagar os cursos**, mesmo estando muito interessados neles. Esta dificuldade deve ser procurada na profunda crise financeira do país (desemprego e salários em atraso). A resolução deste problema através da redução do custo das propinas não pode ser equacionada, uma vez que elas são baixas e limitam-se a cobrir as despesas dos cursos e do funcionamento corrente da Escola. Esta situação é mais acentuada nas zonas rurais.
- b) A falta de empresas que absorvam os jovens formados e a alternativa do auto-emprego, empurram a AD para implementar um sistema de apoio financeiro de tipo **micro-crédito**, para permitir aos jovens o acesso ao seu primeiro emprego. Caso esta questão não tenha uma solução, provavelmente a prazo assistir-se-á à redução do número de jovens a frequentar cursos.
- c) Ligado a esta última questão, está a necessidade da Escola procurar encontrar **estágios** para os seus formandos, à semelhança do que tem estado a ocorrer com sucesso com o curso de auxiliares de educadoras de infância, onde muitas das instituições que os acolhem, acabam por apreciar o seu bom nível de formação e recrutá-los para o seu trabalho. As áreas de electrónica, de electricidade e de artes domésticas (hotelaria) devem seguir o exemplo.
- d) As **estruturas** das Escolas devem passar a funcionar de forma mais regular, com uma especial incidência nos Conselhos Pedagógicos

determinantes para a melhoria da qualidade dos cursos, e do Conselho Consultivo, importante para manter a ligação entre a Escola e os clientes.

- e) Impõe-se rever os conteúdos e formas de ministramento dos cursos de cidadania-português e gestão de pequenos negócios. Sendo instrumentos da vida prática de um profissional, a escrita deve ser priorizada (elaboração de relatórios, propostas, diagnósticos) nos cursos de português, assim como na gestão de negócios interessam sobretudo noções práticas (elaboração de proformas, folhas de caixa, cálculos de custo) em detrimento de conceitos mais teóricos e menos utilizados.

Por mais inacreditável que possa parecer, apesar dos resultados obtidos pela EAO, tanto a nível do número de formandos como da qualidade do ensino praticado, o Instituto Técnico de Formação Profissional, estrutura do Ministério da Educação mandatada para o efeito, ainda não se dignou reconhecer os cursos ministrados.

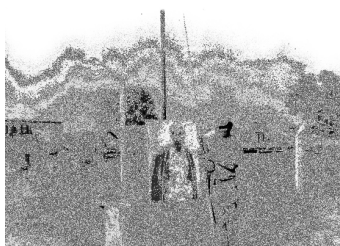
Esquivando-se em *dribles* sucessivos, vai protelando a decisão, mostrando que, como tem o poder de o fazer, só o efectuará quando o seu livre arbítrio assim o entender. Esquece-se que a sua própria força e credibilidade advêm da existência de uma boa rede de escolas profissionais, sejam elas públicas ou ligadas a ONG e associações.

Sonham ainda com o dia do regresso de todas as iniciativas às mãos do Estado, aproveitando entretanto para irem *ajustando contas* contra aqueles que “traíram o serviço público” e, segundo eles, se bandearam para o lado dos “não-patriotas”...

3. Organização do Simpósio Internacional de Guiledje

Em 2006, a AD abalançou-se à realização do Simpósio Internacional de Guiledje, acontecimento de vulto e que irá exigir a mobilização de todos os sócios da nossa ONG. Decidido no início de 2006 para ser realizado de 1 a 7 de Março de 2008, a AD convidou a Universidade Colinas de Boé (UCB) e o INEP para se associarem à sua organização.

Tendo em conta as características deste evento, considerou-se que o INEP enquanto instituição vocacionada para a pesquisa histórica e a UCB enquanto instituição académica dinâmica, associadas à AD que vem trabalhando na zona de Guiledje há mais de 15 anos, fariam o pleno para uma abordagem diversificada e multi-facetada do que representou e representará Guiledje na História e Desenvolvimento da Guiné-Bissau.



Conquista de Guiledje (FMS) vista aérea de Guiledje 1971



Abastecimento de água

O Simpósio apresenta-se como um dos pontos importantes da chamada Iniciativa de Guiledje, enquanto abordagem histórica na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, salientando a importância de Guiledje no processo da luta de libertação nacional e uma vez que a rica herança histórica interpela constantemente a vida das populações da área, apontando para a necessidade de melhor conhecer o passado que comunica com o presente, mas também com o qual o presente dialoga, numa relação ambivalente de sentidos e significados que importa clarificar pela via do conhecimento da História reconciliada ou em vias de reconciliação consigo própria.

A AD deve assumir sem ambiguidades a sua responsabilidade perante um dos maiores desafios que se depara à Guiné-Bissau e que é o de preservar e reforçar a sua identidade enquanto Nação, consciente de que o conhecimento e a compreensão da sua História e, em especial, a da gesta de libertação nacional, é determinante para uma maior identificação colectiva à volta de valores comuns e para a procura e construção de um desafio histórico futuro em que todos se revejam e para o qual se mobilizem.

O Simpósio Internacional sobre Guiledje persegue como objectivos:

» Associar à metodologia de participação comunitária uma nova perspectiva de abordagem baseada no estudo e promoção do ensino da história, por forma a que, nos esforços de desenvolvimento, sejam devidamente enquadradas e capitalizadas as heranças e valências culturais portadoras de dinâmicas de coesão que, por isso, se afiguram necessários conhecer, compreender e promover, tanto mais que é absolutamente indispensável um maior esforço na procura e identificação colectiva dos valores comuns tendentes à construção de um desafio histórico futuro em que todos se revejam e para o qual se mobilizem;

» A transmissão da História, atendendo sobretudo ao facto de as testemunhas vivas estarem já a desaparecer, promovendo a necessidade de levar as pessoas a compreender o que se passou antes por intermédio do registo e da preservação do património cultural, de molde a que a sua apropriação, sobretudo por parte da geração que a não viveu, se processe num contexto que facilite a passagem do testemunho a outro que se torna uma nova testemunha e seu porta-voz;

» A salvaguarda e preservação do património histórico de Guiledje, procedendo à recolha, classificação e preservação de vestígios históricos, bem como do registo magnético ou iconográfico (fotos, filmes, etc.) dos protagonistas ainda vivos da História, com vista à constituição de um acervo documental em permanente actualização;

» No contexto dos estudos das guerras de libertação, promover acções de parceria susceptíveis de propiciar oportunidades de pesquisa histórica sobre Guiledje, mormente, junto de investigadores nacionais e estrangeiros, visando uma maior divulgação da História de Guiledje e colocar a zona de Guiledje na agenda dos decisores em matéria de desenvolvimento económico e social.

Em 2006 foi elaborado um plano detalhado de actividades de preparação do Simpósio, compreendendo acções a serem realizadas antes (recolha, tratamento e arquivo de material histórico, novas fontes de informação, produção de um logótipo, definição dos temas, identificação dos oradores e

participantes, elaboração do programa detalhado, identificação de presidentes de sessões, comité de redacção, canais de comunicação, responsáveis pela logística e procura de financiamento), durante (encontros com as populações, visitas a Guiledje, Gandembel, Gadamael e Iemberem, exposição de livros, fotografias, mapas, realização de espectáculos teatrais e musicais) e depois (Publicação das Actas do Simpósio, desenvolvimento do museu de Guiledje, acções de desenvolvimento económico e social na zona de Guiledje e implementação das recomendações do Simpósio).

Realizou-se a recolha de testemunhos em DVD de grande número de combatentes que participaram no Assalto Final, especialmente guineenses, tendo-se iniciado os contactos para a mesma recolha junto dos combatentes caboverdianos.

Prosseguiu-se a recolha junto de instituições portuguesas militares de fotografias e de importantes documentos, alguns deles ainda classificados, mas de grande importância para o conhecimento da verdade histórica, dispondo a AD de um grande espólio escrito e visual. Refira-se a título de exemplo a obtenção de um pequeno filme com a actuação do *Duo Ouro Negro* em Guiledje.

Esta iniciativa despertou um grande interesse a nível de muitos intelectuais guineenses, caboverdianos e portugueses, bem como de antigos guerrilheiros, tropas portuguesas e académicos europeus.

Iniciou-se igualmente a sensibilização junto da Embaixada de Cuba, uma vez que a solidariedade combativa do povo cubano em termos de médicos, sapadores e conselheiros militares para a luta de libertação nacional foi importante, em particular para a batalha de Guiledje.

O aspecto mais atrasado do programa prende-se com a reabilitação dos escombros em que se encontra actualmente o Quartel de Guiledje, fruto da não remoção dos UXOS (lixo balístico) que ainda por lá existem, uma vez que as organizações especializadas não a consideram prioritária.

O maior sucesso foi o da construção de um furo de água, mesmo se com um débito fraco (500 litros por hora), e a instalação de um depósito elevado de água com capacidade para 4.000 litros, funcionando em regime de energia solar.

C **Os Programas Regionais da AD**

A AD promove o desenvolvimento rural baseado numa estratégia multiforme, assente essencialmente nas seguintes linhas de acção:

» divulgação e introdução de **novas tecnologias agrícolas**, através do fornecimento de sementes e propágulos de boa qualidade de variedades de espécies alimentares adaptadas às mudanças climáticas (de ciclo mais curto, tolerantes à salinidade e acidez dos solos), promoção de novos sistemas de

cultura como o da realização de uma campanha complementar logo a seguir à campanha principal da época das chuvas, à valorização dos pequenos vales interiores (bas-fonds) e à recuperação pontual de bolanhas salgadas lá onde ela se justifique. Paralelamente, a introdução de equipamento de transformação de produtos que tenham um impacte social, económico e cultural.

» o reforço das **organizações de base**, profissionais, associativas e comunitárias, enquanto instrumento privilegiado de afirmação de um seu maior protagonismo e intervenção na defesa da sua produção, de integração num sistema económico de mercado recentemente introduzido, de criação de mecanismos de defesa dos seus interesses e de conquista de espaços de intervenção política para a promoção das suas estratégias de desenvolvimento.

» o apoio à criação de **infraestruturas** locais que promovam o desenvolvimento social como a construção de centros materno-infantis, escolas comunitárias, de verificação ambiental e profissionais, que permitam melhorar as condições de vida das mulheres e crianças em primeiro lugar, e aumentar os conhecimentos úteis das crianças e jovens.

» promoção da introdução de **inovações** que modernizem o mundo rural e peri-urbano e o façam avançar para patamares mais elevados de vida, como o da difusão de sistemas de energia alternativos (electricidade foto voltaica), a da comunicação social comunitária (rádios, televisões e jornais comunitários) e mutualidades de crédito e saúde.

» o reforço dos circuitos de **comercialização**, em especial mercados e *lumis*, numa perspectiva de intervenção por fileira, isto é, na convicção de que só uma abordagem coerente de todo o circuito a montante e a jusante da produção poderá tornar um produto económica e estrategicamente viável e interessante.

» a gestão dos **espaços e recursos naturais** florísticos e faunísticos assente num envolvimento e apropriação dos mecanismos de decisão, controlo e seguimento por parte das estruturas tradicionais e modernas comunitárias, associadas às estruturas públicas e com a implicação de organizações da sociedade civil a intervir nessas zonas.

» a criação de **estruturas descentralizadas** de administração e governação local, com a participação de associações e estruturas das forças vivas da zona, em oposição às caducas e ineficazes administrações lideradas por um cacique reprodutor de todos os tiques autoritários e centralizadores, é um elemento fundamental na construção dum aparelho de Estado democrático e progressivo.

» a **formação** de agricultores, pescadores, jovens, mulheres, líderes associativos, radialistas, etc. é o denominador comum para todas estas acções, sob pena de se ficar apenas pelas intenções.

Apresentam-se de forma resumida as principais actividades realizadas em 2006 nos quatro Programas que a AD implementa nas suas zonas geográficas de intervenção.

1 - Programa de Apoio aos Agrupamentos do Norte (PAN)

As acções mais importantes neste ano foram as seguintes:

a) *Consolidação da Campanha Agrícola Complementar*

Embora a produção agrícola no sector de S.Domingos continue concentrada na orizicultura, nestes 3 últimos anos conseguiram-se excelentes resultados com a adopção por parte dos agricultores, deste novo sistema de cultura.

Com a diminuição da queda pluviométrica que se vem verificando anualmente, bem como com a redução dos meses em que ela se verifica, constata-se que as variedades de arroz actualmente disponíveis não conseguem chegar ao fim do seu ciclo vegetativo e as produções ressentem-se de imediato.

A solução proposta foi a de se iniciar logo a seguir ao fim das chuvas uma campanha complementar baseada em cultivares menos exigentes em água como a batata-doce e a mandioca, sendo que a primeira apresenta a vantagem de ser de ciclo curto, isto é, aproveitar integralmente a humidade residual que se encontram nos solos de bolanha doce.

Com esta prática, os agricultores conseguem obter uma produção suplementar de um alimento que complementa as carências energéticas devido à diminuição da produção e consumo de arroz.

Apesar de ser uma prática inovadora teve a adesão imediata dos agricultores e passou a fazer parte dos sistemas de produção dos agricultores instalados nas zonas de maior fragilidade hídrica e sujeitos às variações climáticas bruscas.

Para isso a AD disponibilizou sementes e propágulos de outras espécies alimentares, que não o arroz, com diferente valor nutritivo e que passaram a ser usadas de forma complementar na alimentação das famílias da zona.

As espécies promovidas foram a *batata doce*, aquela que teve maior impacto devido a um ciclo de 3 meses e a *mandioca*, que começa a ser muito cultivada, embora apresente o inconveniente do seu ciclo ser longo e durar cerca de um ano. O menor sucesso foi o *feijão mancanha*, devido exclusivamente a problemas de má conservação no pós-colheita, resultantes de ataques de insectos aquando do armazenamento.

b) *Melhoria dos Circuitos de Comercialização*

A intervenção no sector da comercialização, tem sido uma das preocupações mais recentes da AD, considerando que a sua organização é incipiente ou mesmo nalguns locais inexistente, comprometendo o conjunto de todas as iniciativas modernizadoras das tabancas e das regiões, sejam elas produtivas (agricultura e pesca) ou sociais (saúde e educação).

O mercado dos produtos agrícolas compreende dois sectores: um mais bem estruturado e formal que se ocupa em exclusividade da comercialização da castanha de caju; e outro, o informal ou popular que se ocupa do óleo de

palma, produtos da pesca, animais e alguns produtos alimentares (batata doce e mandioca).

Na zona do PAN funcionam 8 *lumis*: Cassolol, Suzana, Arame, Elia, S.Domingos, Sedengal, Ingoré e Bigene, sendo que a sua frequência varia ao longo do ano em função de ser época das chuvas ou seca.

São predominantemente as mulheres que os frequentam, especialmente como vendedoras, desempenhando S.Domingos o papel de mercado de trânsito para o Senegal de óleo de palma e peixe seco e fumado, enquanto que o de Bigene assegura o trânsito de porcos vindos do Senegal e Gambia para toda a região (incluindo o *lumu* de Bula).



Lumu de Cassolol



Lumu de Elia



Mercado de Ingoré

Os operadores-compradores são de 2 tipos: os nacionais com menor capacidade financeira e que se orientam mais para os produtos de subsistência e os estrangeiros, maioritariamente senegaleses, com maior disponibilidade financeira e que se orientam mais para o óleo de palma, peixe fumado e vassouras.

Dados obtidos junto da fronteira do Senegal apontam para volumes de exportação notáveis:

- » 10.000 a 15.000 litros de óleo de palma por mês, nos períodos de ponta (Março a Julho) e 5.000 l por mês nos períodos baixos (Outubro a Fevereiro);
- » 150 a 250 toneladas de frutos selvagens no período de ponta
- » 5 toneladas de fole por mês na época da Páscoa
- » 50.000 litros de vinho de palma entre Novembro e Agosto

Foram identificados como pontos fortes dos nossos produtos, a sua qualidade (óleo de palma e peixe fumado) e o nível de preços, enquanto que os pontos fracos estão ligados à irregularidade e fraqueza da oferta, os prazos muito grandes na recolha e reagrupamento dos produtos, a fraca organização dos circuitos de comercialização, a falta de informação sobre os mercados e preços, a acessibilidade das zonas de produção e as fraudes administrativas de um lado e outro da fronteira.

Estes aspectos levam a AD a apontar a sua intervenção no sentido de:

- » investir no **mercado da comunicação**, através das rádios comunitárias, onde passarão informações dos preços dos mercados de S.Domingos, Ziguinchor, Banjul e Dakar
- » apoiar a **organização de associações** para a colecta e reagrupamento de produtos agrícolas para exportação

» incentivar a **cooperação** entre as organizações de agricultores que vendem e compram em cada um dos países, dispondo sempre de um correspondente que assegure a troca de informações e se encontrem com regularidade,

» conhecer melhor o sistema de funcionamento do **mercado de Djaobé** no Senegal, o maior mercado interafricano desta zona e por onde passam produtos vindos de todos os países da subregião.

c) Início da Intervenção no sector de Bigene

Neste ano de 2006, a AD assumiu claramente a intervenção no sector de Bigene, em particular na secção de Ingoré. Prevê-se para 2007 uma forte actuação no eixo Ingoré-Barro e Ingoré-S.Vicente. Em 2008 será fundamentalmente Barro-Bigene.

Fica assim coberta toda a zona do chamado PAN (Programa de Apoio aos Agrupamentos do Norte), que irá de Varela a Bigene, com actividades centradas no fortalecimento das organizações locais de agricultores e na procura da segurança alimentar, na transformação de produtos agrícolas, no favorecimento dos circuitos de comercialização e na introdução de inovações tecnológicas.

Este sector que margina a fronteira com o Senegal, é dos mais bloqueados da região norte do país, especialmente pelos péssimos acessos rodoviários que ficam intransitáveis durante parte da época das chuvas. No entanto, oferece grandes potencialidades de escoamento de produtos para os países vizinhos desde que se melhore a organização dos agricultores, se criem mercados dinâmicos, se melhorem as estradas e se apostem em produtos estratégicos como a fruta, o pescado (incluindo o camarão do rio Cacheu) e o óleo de palma.

O início da intervenção da AD neste sector despertou um enorme entusiasmo, especialmente apreciada pelas comunidades locais pela sua rapidez e por não se fazer acompanhar de um diletantismo metodológico, em que a teoria e a perda de tempo se substituem à resolução das suas necessidades objectivas e dos seus interesses prioritários.



Fecho de uma bolanha



Mobilização comunitária



Dique concluído

O pior que pode acontecer a uma comunidade que tem sede porque não tem poço de água, que não se pode deslocar nem vender os seus produtos porque as más estradas impedem os camiões de lá passarem e que vê as suas cabras morrerem porque nem sequer um para-veterinário existe, é aparecer uma organização a despejar sobre ela sermões de conceitos aprendidos à pressa e

ainda mal digeridos, sobre a participação, género e quadro lógico (lógica de quem? Da ONG? Do financiador? Ou da comunidade?).

Imaginem-se os sacrifícios que se impõem às comunidades para poderem aceder a um “projecto”.

Certamente mais difícil é iniciar um programa que se vai construindo com o envolvimento de todos, no início poucos e a seguir muitos mais, que vão criando as melhores estruturas e métodos para ir resolvendo os bloqueios que sempre vão surgindo, uns já conhecidos e outros novos, procurando caminhos diferentes que não vêm identificados nos coletes de força lógicos, para que no fim a comunidade se sinta proprietária da dinâmica e seu elemento dinamizador por excelência.

Tal como o professor que ensina hoje da mesma forma que há 20 anos, há técnicos e quadros que preferem o *ram-ram* da rotina e a difusão dos 10 mandamentos dos financiadores, à descoberta estimulante de novos trilhos para encontrar soluções novas, tudo porque têm medo de ousar inovar.

Em termos concretos a intervenção da AD neste sector centrou-se em:

- » apoio à recuperação de bolanhas em Ingorezinho, Impinde e Barro (Porto);
- » fornecimento de sementes de arroz de bolanha salgada a 4 associações e 13 tabancas;
- » distribuição de pequeno material agrícola (catanas, enxadas, pás, ancinhos, sachos e carrinhos-de-mão) a 12 tabancas
- » fornecimento de 12 Kg de sementes hortícolas e material hortícola a 30 associações de mulheres
- » apoio a 51 fruticultores em material frutícola
- » apoio a 5 viveiristas frutícolas
- » fornecimento de material de pesca a 18 pescadores
- » foram instaladas 3 descascadoras de arroz em Intum, Barro e Tande; 5 moínhos de milho; 6 prensas de óleo;
- » foram apoiados 9 agricultores com a introdução de 9 carroças de burro, para o transporte de produtos agrícolas.



carroças produzidas no Cenfor

- » deu-se início à formação de 7 para-veterinários
- » concedeu-se apoio a 2 ferreiros-latoeiros

d) Outras Actividades

Em particular no sector de S.Domingos há a realçar algumas actividades:

- » distribuição de sementes de cereais, raízes e tubérculos a 768 agricultores de 15 tabancas, sendo 2.000 Kg de arroz, 14 carradas de corda de batata-doce, 7 carradas de estaca de mandioca e 250 Kg de feijão “mancanha”
- » apoio a 10 jovens fruticultores de 7 tabancas
- » fornecimento de 15 Kg de sementes de legumes a 473 mulheres de 10 tabancas
- » distribuição de pequeno material agrícola (catanas, enxadas, sachos, ancinhos e carrinhos-de-mão) a 1.158 agricultores, horticultoras e fruticultores.
- » distribuição de material de pesca a 10 pescadores de 3 tabancas
- » introdução de 3 descascadoras de arroz.
- » início da construção das 3 EVA de Nhambalan, de Elala e Djufunco

2 - Programa de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC)

Terminou em Novembro de 2006 este programa de 3 anos que conseguiu criar dinâmicas organizativas e actividades que melhoraram os níveis de segurança alimentar e as condições de vida das populações dos sectores de Cacheu, Canchungo, Caió e Calequisse.

A AD encarou sempre este projecto como um desafio à identificação e constituição de uma rede de organizações locais de tipo associativo e o início de dinâmicas comunitárias de desenvolvimento que ganhariam balanço para prosseguirem para além da duração do projecto.

Ambas as apostas parecem ter sido ganhas. O surgimento e consolidação da COAJQ (Cooperativa Agro-Pecuária de Jovens Quadros de Canchungo) que assumiu de forma clara e competente a liderança do processo de implementação do projecto e de ligação às associações de base e comunidades locais da região, representa um sucesso inquestionável. Actualmente esta Cooperativa de jovens técnicos presta um conjunto de relevantes serviços à comunidade, de onde se destacam:

- » na área da **mecanização** e motorização agrícolas: o aluguer de tractores e motocultivadores a agricultores e mulheres para a lavoura de campos de arroz e preparação de hortas de produção de legumes, bem como no descasque de arroz com uma unidade mecanizada;
- » na área da **assistência técnica**: a distribuição de sementes de cereais, plantas de fruteiras, apoio à construção de fornos melhorados de fumagem de peixe, distribuição de pequeno material agrícola, aconselhamento técnico e promoção de inovação tecnológica;
- » no domínio da **formação**: a realização de cursos destinados aos agricultores, horticultoras e fruticultores, nos domínios da modernização dos sistemas de cultura, assim como na formação de líderes associativos para um melhor funcionamento dos agrupamentos de base;

A qualidade do trabalho da COAJQ assegurou-lhes a credibilidade de novos parceiros que entretanto decidiram prosseguir algumas das actividades em curso, financiando-as.

Ultrapassou-se assim uma das questões fundamentais que se colocam a este tipo de projectos de curta duração: ***e depois do final do projecto, o que vai acontecer?***

A COAJQ tem agora uma implantação em toda a zona, quando no início apenas intervinha na cidade de Canchungo, criou um relacionamento técnico e humano de confiança com as associações e comunidades locais, domina sem problemas os processos de elaboração de projectos e as técnicas de acompanhamento e monitoramento das acções.

Outro dos sucessos desta aposta foi o de ter criado nas comunidades um sentimento de crença e auto-confiança nos programas de desenvolvimento, não só pela rapidez com que se passou da identificação das acções à sua implementação, como pelo facto de se ter coberto um grande número de tabancas em vez de tudo concentrar num número reduzido delas.

Todos se sentiram envolvidos e beneficiados, como fazendo parte de um projecto colectivo, em que uns tinham acesso a uma descascadora de arroz porque isso era o mais importante para eles, outros a um poço de água porque tinham de percorrer longas distâncias para a ir buscar, e ainda outros instalaram prensas de óleo para valorizar os seus palmares naturais.

Registe-se igualmente o sucesso obtido com a inovação da introdução pela primeira vez nesta zona, de fornos melhorados de fumagem de peixe que permitem conservar o pescado da zona litoral de Cacheu, aumentar o seu consumo doméstico e valorizá-lo comercialmente. A adesão das mulheres foi tão grande que, mesmo sem nenhum financiamento, elas instalaram novos fornos com as suas receitas financeiras.

Tudo isto se traduziu na criação de um espírito local de grande abertura para novas iniciativas e na crença de que muito há a fazer sem que necessariamente se esteja à espera dos outros, em especial do Estado.



Poço de Água em Bolom



Bucucul: óleo de palma



Udjamoral: descascadora

No ano de 2005 as acções de desenvolvimento cresceram substancialmente tendo sido cobertos todos os sectores inicialmente previstos, provocando uma onda de entusiasmo e confiança por parte das associações envolvidas e das tabancas de intervenção.

As acções mais importantes em 2006 sintetizam-se nos seguintes aspectos:

- » distribuição de 2.700 kg de sementes de arroz, em 34 tabancas de 4 sectores, envolvendo 523 agricultores;
- » criação de uma rede de 27 agricultores multiplicadores de sementes de arroz e feijão;
- » distribuição de 36 kg de sementes hortícolas em 76 tabancas de 4 sectores, envolvendo 4.235 mulheres;
- » distribuição de 15.000 plantas enxertadas em 36 tabancas de 4 sectores;
- » construção de 7 poços em 7 tabancas;
- » construção de 40 fornos de fumagem de peixe em 11 tabancas;



Cacheu



Caió



Caió

- » formação de 59 mulheres em descascadoras de arroz, óleo de palma e construção e fumagem de peixe em fornos melhorados;
- » distribuição de pequeno material agrícola e frutícola.

3 - Programa Integrado de Cubucaré (PIC)

As acções mais importantes neste ano foram as seguintes:

a) Início do Programa de Ecoturismo

As potencialidades turísticas da zona de Cubucaré representam para a AD um dos produtos estratégicos em que se deve apostar para a dinamização do desenvolvimento da região.

A existência do futuro Parque Nacional de Cantanhez, com toda a sua diversidade faunística e florística, a riqueza cultural assente numa diversidade populacional com várias etnias minoritárias, com concepções diferentes do mundo, de manifestações diversas de canções, danças, folclore e rituais e a existência de vestígios de um passado histórico recente que faz desta zona o berço da nacionalidade, transforma-a num local de grande interesse para o turismo ecológico, científico, cultural e histórico.

Isto leva-nos a orientar a estratégia de implantação para um modelo de turismo que, não sendo naturalmente de massas, se baseie numa primeira fase nos cooperantes e funcionários de organismos internacionais sedeados na Guiné-Bissau e quadros técnicos nacionais desejosos de conhecer o “interior”, para se ir alargando gradualmente a um público europeu muito específico:

» portugueses que fizeram a guerra colonial nesta zona e que estão interessados em voltar a ver os locais onde passaram uma parte importante da sua juventude, trazendo consigo a família e colegas. O facto de nesta região se situarem quartéis míticos como Guiledje, Gandembel, Gadamael, Bedanda, Cacine, Cafine, Cadique e Cabedú, reforça a “oferta turística”

» cidadãos com uma cultura ambientalista que vêm com a sua família porque gostam de fazer turismo em zonas calmas, bonitas, com pessoas acolhedoras, com uma diversidade de animais selvagens e de grandes árvores localizadas em matas fechadas e densas, que possam ter acesso directo a produtos ecológicos como o mel e medicamentos naturais, comprar artesanato (esculturas nalús, cestaria e panos tradicionais) directamente àqueles que os produzem e passear calmamente sem que ninguém os incomode.

» pessoas que vêm à procura de coisas novas e diferentes e que, estando dispostas a visitar Cantanhez, não *conseguem* estar uma semana inteira nesta zona, gostando de alternar o campo com a praia, exigindo por isso um programa que associe as ilhas dos Bijagós.

» finalmente, pesquisadores e cientistas que poderão eventualmente vir a Cantanhez com a família, para associarem a parte lúdica e recreativa da estadia com a profissional de investigação e descoberta.

Uma das questões fundamentais, decididas desde o início, é a de que este programa de implementação do ecoturismo só tem razão de existência se for desenvolvido em cooperação com as comunidades locais, desenvolvendo as suas capacidades organizativas, valorizando os seus recursos humanos e traduzir-se na criação de novos postos de auto-emprego com a consequente melhoria das suas condições financeiras, de vida e de acesso ao conhecimento e saúde.

Daí que a montagem deste programa comporte:

» a criação de um núcleo de 12 **guias ecoturísticos** constituído por jovens das diferentes matas da Cantanhez, os quais já tiveram a sua primeira formação em 2006, onde durante um mês aprenderam a conhecer melhor o meio ambiente, a saberem o que representa um guia em termos éticos, de comportamento com os turistas, de cuidados ambientais e de valorização e respeito pela cultura e tradições locais.

» o apoio ao ressurgimento de **escultores** de madeira que produzam peças de artesanato da etnia nalú, a qual está em vias de desaparecimento, como forma de promover uma arte de valor reconhecido e permitir aos jovens terem uma profissão e emprego, sendo que para isso 10 deles já receberam uma formação em dois módulos, totalizando dois meses e meio.

» a identificação de **percursos** ecoturísticos, em função dos interesses dos diferentes grupos de turistas, tendo em 2006 sido registados dois itinerários, detalhados o tempo de duração, as situações a observar e os motivos de cada um deles. O estudo e identificação de 10 a 15 percursos, será uma aposta a breve prazo, pois dela dependerá a motivação dos turistas em visitar Cantanhez.

» a montagem de locais de acolhimento e **alojamento**, estrategicamente dispersos por pontos de interesse: lemerem, sede do Parque, e ponto central; Guiledje para cobrir os corredores transfronteiriços e os quartéis da zona (Balana, Medjo e Gadamael); Cambeque, com vista para o rio Cacine. É um dos elementos mais delicados do programa pois requer logo à partida um elevado grau de gestão competente, de elevado nível e de garantia irrepreensível de higiene. O envolvimento da comunidade local far-se-á de forma lenta e gradual.

» apoio à criação de iniciativas de **restauração**, em locais de passagem, onde os turistas possam degustar-se com pratos de sabores tradicionais, confeccionados por mulheres especialistas. Em 2006 foram construídos 2 casas redondas para esse efeito, uma em Faro Sadjuma, com o prato chamariz à base de *palha* de batata-doce e mandioca e outro no porto de Canamine, à base de peixe. Sendo de exploração privada, este processo vai incentivar o aumento da produção de frutas, legumes, raízes e tubérculos e a captura de peixe por parte dos agricultores, jovens, mulheres e pescadores, todos beneficiando com o ecoturismo.



Venda de mel e compotas



Fatango em lemerem



WC em Faro Sadjuma

» a identificação de **outros locais de turismo** nas zonas circunvizinhas, cuja inclusão nos percursos possa atrair mais turistas para Cantanhez. Estão neste caso incluídas visitas à Guiné-Conakry (Candjafra e Boké), à ilha de Melo na foz do rio Cumbidjan e à reserva da biosfera (Parques de João Vieira e Poilão). A maior distância, mas nem por isso menos importante, está o Parque de Dulombi, os rápidos do Saltinho e o macaréu em Xitole.

Todas estas acções que estão em curso, implicam a existência de outras medidas que ultrapassam a própria AD mas que são determinantes para o sucesso deste programa: a existência de uma **estrutura privada** de turismo através da qual os turistas possam fazer as suas marcações e reservas; um sistema de **rend-car** para o aluguer de veículos; a cobertura da zona por um operador de **telemóvel**.

A AD tem a plena consciência que a implantação de estruturas de apoio ao ecoturismo exclusivamente em Cantanhez, não irá assegurar por si só a viabilidade desta iniciativa. O ecoturismo tem de fazer parte de um plano nacional de turismo que ainda não existe, pelo que temos a convicção que esta é a contribuição da nossa ONG para o referido plano.

b) Criação do Parque Nacional de Cantanhez

Não sendo ainda legalmente um Parque Nacional, Cantanhez tem beneficiado da acção conjunta da AD com a UICN e o IBAP, na procura de uma forma de gestão que tenha em conta os 15 anos de actuação da nossa ONG nesta zona e das estruturas e mecanismos de decisão que já existem e funcionam.

A AD considera que o ambiente e uma boa prática de gestão dos recursos florestais e marinhos são elementos naturais na procura do desenvolvimento social e económico das comunidades locais, não devendo nem ser penalizado, nem sobrevalorizado a ponto de *castigar* aqueles que lá vivem.

Daí que tenha apoiado a criação de 4 **Comités de Gestão do Território do Regulado**, um para cada regulado (Cabedú, Medjo, Iemberem e Cadique) representando um espaço de concertação, troca de informações e tomada de decisões sobre a conservação, preservação, valorização, gestão e desenvolvimento sustentável da zona.

Cada Comité é composto pelos representantes activos das instituições tradicionais, da sociedade civil e estatal que fazem parte do território concernente, nomeadamente, o Régulo e seus conselheiros, os notáveis dessa zona, chefes de tabanca, guardas florestais comunitários, guias ecoturísticos, representantes das associações de base mais activas e dinâmicas, das ONG intervindo na zona, do Administrador do sector, dos representantes dos serviços técnicos das Florestas e do IBAP.

Compete-lhes promover o desenvolvimento integrado do território do regulado, nas suas vertentes económica, social e cultural, identificar os principais estrangulamentos, as prioridades programáticas, os produtos estratégicos e as acções a incrementar, tomar medidas de preservação, conservação, valorização e de gestão, apoiar o trabalho dos guardas florestais comunitários, guias ecoturísticos e guardas florestais, definir medidas de controlo e punição contra os infractores, promover acções de sensibilização e vigilância ambiental, zelar pela boa utilização e ocupação dos solos, criar em conjunto com os outros Comités de Regulado, o Fundo de Desenvolvimento de Cantanhez participar na sua gestão.

Foi criado um núcleo de **Guardas Florestais Comunitários** que trabalham em regime de voluntariado, sob a tutela de poderes tradicionais (régulo e chefes de tabanca) com o objectivo de assegurar a implementação de todas as medidas de preservação, conservação, valorização e gestão sustentável do território.

Compete-lhes fiscalizar o cumprimento de todas as medidas tomadas nas reuniões do Comité de Gestão do Território do Regulado, levantar autos das infracções, adoptar medidas cautelares e de polícia para assegurar os meios de prova, informar o régulo e o Guarda Florestal da DGFC e exercer funções de sensibilização e vigilância no território comunitário.

Em relação aos **Guias Ecoturísticos** é da sua atribuição relatar experiências vividas em relação à fauna selvagem e plantas medicinais; cooperar com as autoridades informando acerca das actividades ilegais que testemunhe;

assegurar-se que os turistas estão conscientes de todas as regras e regulamentos estipulados; fazer o monitoramento do impacte da erosão do solo, diminuição da natalidade de uma espécie particular de pássaros, etc.; melhorar a comunicação entre a administração local e a população para evitar mal-entendidos.

A criação destas estruturas e órgãos é o resultado de um longo processo de procura das melhores soluções para as dinâmicas em curso, recusando sempre conceber uma estrutura para depois *encaixar* a realidade lá dentro.

É um processo lento, cheio de contradições entre os diferentes actores (régulos, guardas, guias, ONG, estruturas estatais), de negociações através de aproximações sucessivas. Todos os regulamentos produzidos resultam de uma procura de resposta aos problemas encontrados no terreno e não de propostas aparentemente muito correctas mas que, de tão generalistas, tanto servirem para Cantanhez como para o Suriname.

Por isso todos os actores envolvidos (IBAP, UICN e AD) devem procurar avançar lentamente, procurando a pouco e pouco uma solução original, evitando que a criação do Parque de Cantanhez se torne um pesadelo e destrua tantos anos de trabalho e dedicação.

A maior ameaça neste momento advém, por um lado da instalação incontrolada de agricultores de países vizinhos que se estão a instalar em grande número junto à linha da fronteira, em plenos corredores de animais selvagens, desmatando completamente zonas que ficam irreconhecíveis; por outro, o papel de certos guardas florestais da DGFC promotores e actores directos de autênticos saques de cibes, muitos deles em plenos corredores de elefantes.

Trata-se de uma situação demasiadamente grave para não se tomarem medidas urgentes e definitivas, punindo os prevaricadores, instalando um grupo de guardas florestais sérios e competentes com meios apropriados e regulamentando de forma rigorosa o funcionamento dos corredores de animais selvagens.

Outro aspecto que merece uma reflexão profunda é o da realização de estudos de carácter científico, tanto os relacionados com a flora como com a fauna, ocorrendo por vezes situações em que o rigor científico parece dar lugar à procura, a todo o transe, da demonstração de teses predefinidas à partida, traduzidas em perigosas generalizações quando, a partir de amostras de 14% se tiram conclusões apressadas.

Há bons exemplos como os da equipa Catarino-Cassamá que poderão servir de referência para a futura definição dos termos de trabalho das missões de carácter científico.

c) Diversificação Frutícola

Depois de anos a fio a apostar na diversificação frutícola, os resultados parecem demonstrar a pertinência de a considerar como um produto estratégico para o desenvolvimento desta zona sul do país.

Inicialmente dominada em regime de quase exclusividade pela banana, plantada frequentemente em solos ferruginosos com fraca capacidade de retenção da água e com rendimentos muito baixos e atacada por doenças resultantes do stress hídrico, esta espécie foi gradualmente dando lugar à produção da manga melhorada sem fibra, à citricultura assente nas laranjas e limas, para mais recentemente se assistir a um incremento do ananás, abacate e toranja.

Num levantamento efectuado em 2006, registaram-se 73 fruticultores em 10 tabancas.



Pomar de Toranja



Mandarina



Viveiro frutícola

Assiste-se agora à emergência de um pequeno grupo de fruticultores modernos que se dedica em regime de quase exclusividade à fruticultura, contrariamente à maioria que durante a época das chuvas cultiva produtos alimentares, para na época seca se dedicar mais à produção de fruta.

Este grupo de vanguarda, distingue-se dos restantes pequenos agricultores pelas técnicas culturais que pratica, como um melhor ordenamento do pomar (espaçamento e alinhamento), uma escolha mais criteriosa dos solos para cada espécie (mangueiras no cimo das encostas e citrinos nas zonas em que o lençol freático não se encontra profundo), a utilização de cultivares melhoradas a partir de viveiros sanitariamente sãos e maiores superfícies dos pomares.

O sucesso financeiro que este grupo está a obter tem encorajado mais pequenos fruticultores a seguir-lhes o exemplo, o que é assinalável se tivermos em conta que todos estes avanços e modernização se faz sem recurso a grandes investimentos financeiros e sem a utilização de mecanização.

Um dos grandes estrangulamentos que surgiu há cerca de dois anos e se tem vindo a acentuar de forma grave, é o aparecimento de uma nova praga dos mangueiros, a mosca da fruta (*Bactrocera invadens*), que está a provocar prejuízos preocupantes. Trata-se de um díptero originário do Sri Lanka e assinalado pela primeira vez em 2004 no Benin, que está a comprometer as exportações africanas de mango para a Europa e para o qual ainda não se encontrou antídoto eficaz.

Em 2006 apoiou-se um fruticultor de referência com crédito para a aquisição de um meio de transporte para a evacuação da sua fruta e da dos outros fruticultores da zona, para os mercados consumidores.

É uma iniciativa que pretende contribuir para resolver o problema da debilidade dos circuitos comerciais de fruta encontrando uma alternativa assente num produtor da zona. Os resultados parecem ser encorajadores, tanto em termos de aumento da fruta comercializada, como na taxa de reembolso entretanto realizada.

d) Outras actividades

Desenvolveram-se igualmente outras actividades no quadro do PIC:

» criaram-se 3 viveiros florestais (Iemberem, Guiledje e Cadedú) em colaboração com associações de jovens, apostando em 13 espécies, algumas delas em extinção e outras que servem de alimento para os animais selvagens (Búfalos, Chimpanzés, Gazelas e Cabras de mato). Produziram-se cerca de 15.000, registando-se a difusão da *Leucaena* em Cabedú pela dificuldade da população encontrar lenha de cozinha.

» foram concluídas e entregues à comunidade 6 Escolas Firkidja (futuras EVA) em Darsalam, Madina Cantanhez, Cabante, Lautchandé, Bendugo e Iem.

» No Centro Materno Infantil de Iemberém, de Novembro de 2004 (início do seu funcionamento) até Novembro de 2006, nasceram 116 crianças, das quais 86 são do sexo feminino e 30 do masculino. De assinalar que nenhuma mulher ou criança morreu durante o parto, fruto das consultas pré-natais e vacinações das mulheres. A média mensal de consultas é de 600 doentes, sendo os casos mais frequentes o paludismo, a diarreia infantil, a conjuntivite e ferimentos ligeiros. De 2004 ao final de 2006 registaram-se 5 óbitos (3 crianças e 2 adultos) de pessoas vindas de fora e internadas em estado muito crítico.

» Apoiaram-se 8 tabancas (Gatessa, Iem, Lautchande, Catchamba, Canamina, Calaque, Kura e Caboxanque) na recuperação de bolanhas, abertura de canais, reabilitação de diques de cintura e de diques secundários.

» apoiaram-se 345 mulheres horticultoras de 19 tabancas com sementes de cebola, tomate, alface, repolho, pimentão e beringela. As mais vendidas foram a cebola (60%) e o tomate (20%).

» à UAC (União das Associações de Cubucaré), que compreende 42 associações, foi concedido um crédito de 4.615.000 Cfa para a compra de 42 toneladas de arroz, que foram distribuídas pelas tabancas mais atingidas pela má campanha do ano anterior e onde se verificavam situações de carência nutricional.



Poço em Sintchur Caramba



Descascadora em Cafine

4 – Desenvolvimento Urbano de Quelélé

As acções mais importantes neste ano foram as seguintes:

a) EAO

Em 2006 foram realizados os seguintes cursos:

i. Auxiliares de Educadores de Infância

O grande aumento do número de jardins e orfanatos na cidade de Bissau tem feito deste curso um dos mais procurados e importantes. Se em 2005 houve 35 cursandos, já em 2006 o número subiu para mais do dobro (84). Promoveu-se a participação de jovens ligados a: instituições religiosas (49%) católicas, muçulmanas e evangélicas; escolas populares e jovens à procura do primeiro emprego (51%). A larga maioria (95%) são do sexo feminino, tendo-se registado um índice de aproveitamento de 77% de aprovados, 16% de desistências e 7% não aprovados. O aumento do grau de exigência, bem como o facto de se ter aprofundado os conteúdos programáticos das várias disciplinas, são duas das explicações para este facto. Outro dos motivos foi sem dúvida o perfil de entrada dos formandos.

Constata-se que, em relação ao curso do ano anterior, as alunas tiveram um melhor aproveitamento na componente estágio, o que se deve ao aumento do tempo de estágio (de 15 para 30 dias), um acompanhamento mais próximo por parte dos monitores, a criação de um espaço próprio para os estágios (CAI).

Organizou-se um curso de consolidação da formação dada anteriormente e destinada a ex-formandos que se encontram no activo, tendo participado 33 profissionais provenientes de 16 instituições.

No futuro a EAO irá reforçar a componente do acompanhamento e seguimento dos formandos, para que se possa ter uma ideia mais real das necessidades e lacunas dos mesmos, criando formas de as superar, assim como compreender até que ponto o curso dado, contribui na inserção social e profissional dos formandos.

ii. Informática

Foram organizados 29 cursos, no qual se inscreveram 388 pessoas das quais 201 rapazes (52 %) e 187 raparigas (48%), tendo concluído 91% dos inscritos e registado 9% de desistências.

Quanto à faixa etária, verifica-se que 63% têm idade entre os 17 e 25 anos, 28% entre os 25 e 35 anos e 9% superior a 35 anos.

Foi efectuado um investimento a nível de equipamento (18 novos computadores Pentium III e 1 UPS de 2000 VA para proteger os discos dos computadores contra a queda de corrente eléctrica) e procedeu-se a uma inovação programática do curso, introduzindo o módulo “internet”.

A EAO decidiu em 2007, aumentar o número de cursos e alunos até se atingir a capacidade instalada e aplicar o pagamento único por parte dos alunos e monitores pagos à hora em função das aulas dadas e a diversificação dos cursos.

iii. Electrónica

Foi organizado 1 curso com 2 turmas e uma especialização na área de “hardware”.

A procura foi enorme com 43 inscritos, todos do sexo masculino, para 30 lugares disponíveis, tendo a selecção sido feita na base de testes de matemática (24% de positivas) e física (34% de positivas).

Dez participantes (33%) desistiram durante o curso, por razões ligadas ao não pagamento de propinas, 5 estão a trabalhar como técnicos da EAGB, professores do ensino secundário e técnico de frio.



Salão Nobre da EAO



Teórica de Electrónica



Visita à EAO

A especialização na área de “hardware” (reparação de computadores) houve 15 formandos, todos finalistas do 1º curso de Electrónica realizado em 2005 não se tendo registado nenhuma desistência.

Recomenda-se uma avaliação constante dos monitores deste curso por parte dos alunos e da direcção da EAO, discutindo os seus resultados com os próprios monitores e com o CIATE (instituição que tem assegurado a concepção do curso. Igualmente passar a cobrar 2 propinas logo no início do curso.

iv. Instalações Eléctricas

Enquanto novo curso a ser ministrado pela EAO, em 2006 procedeu-se à sua concepção e preparação com o CIATE, à aquisição de equipamento, modificação e organização da sala de aula, conceptualização e organização de módulos e manuais.

v. Cursos comunitários

- **Desenvolvimento descentralizado:** A AD, em colaboração com a EAO, organizou este curso de 1 semana para 13 quadros de 3 ONG que actuam na Guiné-Bissau, com o objectivo de terem conhecimento sobre a filosofia do desenvolvimento descentralizado.

- **Curso para Radialistas Comunitários:** organizado em parceria com a AD, INFORMORAC e RENARC, destinado a melhorar a percepção dos participantes sobre a missão e papel das rádios comunitárias no processo de luta contra a pobreza e exclusão social. O curso durou 5 dias e contou com 19 mulheres radialistas vindas de 19 rádios comunitárias.
- **Curso de “Desenvolvimento comunitário enquanto estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social na Guiné-Bissau”:** realizado em parceria com a AD para os seus quadros intermédios, com o objectivo de permitir aos mesmos conhecerem melhor o quadro teórico conceptual do desenvolvimento comunitário, a sua lógica, princípios estratégicos de intervenção, e principais indicadores. O curso teve uma duração de 3 dias e contou com a participação de 15 quadros da AD e da Rádio Voz Quelele, entre os quais 7 raparigas e 8 rapazes.
- **Curso de Televisão Comunitária:** decorreu durante 2 semanas para 12 jovens jornalistas comunitários da futura Televisão Comunitária de Cantanhez (TVMassar), enquanto projecto inovador da AD na área da comunicação comunitária.

b) Centro Cultural Juvenil de Quelele

As actividades repartiram-se pelos domínios de:

» acesso à **informação**, através das notícias e outros programas de televisão como o Repórter da RTPÁfrica, Fala Brasil da Record, TV5, TV Camarões, TV Abidjam e TV Gabão.

» visionamento de jogos e **torneios desportivos** através da transmissão em ecrã gigante destacando-se o CAN 2006 e o Mundial 2006.

» organização de **espectáculos culturais** e recreativos como o Carnaval Quelele 2006, espectáculo do artista Cháchá de Charme, teatro de “Os Fidalgos”, Passagem de Modelos, eleição de Misses, Play Back e Dança, organizados pelo Grupo *Rua Sabi Tem*, apresentação de artistas da nova Geração, Artistas Evangélicos, assim como Férias ao Vivo, organizado pelos jovens do bairro de Enterramento e pelo Grupo Nova Estrela.

» organização de **palestras e seminários** como os Seminário de Mulheres Radialistas, jornalistas de jornal *Dia-a-Dia de Quelele*, tomada de posse da nova Direcção da AJVC (Associação de Jovens contra a Violência nas Crianças, Conferência da AJVC para a elaboração de resoluções a submeter à 3ª sessão do Parlamento Infantil, exposição de produtos feitos pelas ONG organizada pela PLACON-GB e almoço das delegações das Mutualidades de Credito da CPLP.

» promoção do **teatro**, apoiando os 6 grupos existentes em Quelele: Fidalgos, Cérebros, Clareza, Netos de Amizade, Escola Aruna e Grupo Paciência.

» actividades dirigidas às **crianças** como a passagem de filmes de *Charlot* todos os domingos de manhã, sob condição da criança se apresentar limpa e bem vestida para chamar a atenção das crianças e dos pais da necessidade de manter os cuidados mínimos de higiene. São distribuídos semanalmente bilhetes a mais de 100 crianças o que as leva a sentirem-se importantes e motivadas para acompanharem as sessões de filmes. Organizaram-se também concursos de Miss infantil, jogos recreativos no campo polivalente e criaram-se escolinhas de basquete.

» incremento do **desporto juvenil**, tendo-se desenvolvido as seguintes modalidades

- **Andebol**, a nível masculino e feminino, participando nos campeonatos nacionais e torneios, com boas prestações. Reúne mais de 50 jovens nos treinos.
- **Basquete**, composto por escalões de Iniciados, Juvenis, Juniores e Seniores masculinos e femininos. Os seniores tiveram uma boa prestação no campeonato, manchada pela suspensão dos masculinos durante 4 anos.
- **Futsal**, maioritariamente são os antigos jogadores que o praticam, na procura da manutenção física. O evento maior foi o Torneio do 10º aniversário da CPLP organizado pela comissão preparatória da 6ª Conferência da CPLP e que contou com 6 equipas: Velhas Guardas (que representou o Brasil) e ficou em 1º lugar, o Campo Sueco (Timor), Quelele (Moçambique), PNUD (S. Tomé), Adido Cultural Português (Cabo Verde) e Rádio Pindjiguiti (Portugal). Por outro lado, em colaboração com a Direcção Geral da Cultura organizou-se o campeonato Infantil e Feminino de Férias escolares, incluindo atletismo, que contou com a participação de 28 equipas infantis. Também foi organizado um torneio de Futsal Infantil denominado Mundialito em promoção do “Mundial 2006” da Alemanha e que contou com a participação de 18 equipas, tendo vencido o CHEBE FC que recebeu um equipamento desportivo.

c) Outras actividades

De todas as actividades incrementadas em 2006, salientamos as do:

» **Centro Multi-Média (CMM)**

Em relação ao ano passado, houve uma melhoria significativa de funcionamento, o que tem a ver com a aquisição e instalação de novos equipamentos e materiais informáticos: 10 computadores, 1 *switch* de 24 portas com potência de 10/100 e 1 UPS de 2000 VA.

O CMM continua a ser o único operador de serviço de Internet em Bissau com os preços mais baixos, sendo que os sócios pagam 250 Cfa/h e os não-sócios 500 Cfa/h. Para se ser sócio basta adquirir um cartão de sócio com validade de 1 ano e pagar 1.000 Cfa de jónia e entregar 2 fotografias. Para a renovação paga-se 500 Cfa.

Dados referentes ao funcionamento do serviço de Internet:

- 134 utilizadores sócios, sendo 42% de mulheres e 58% de homens
- 89 utilizadores não-sócios, sendo 38% de mulheres e 62% de homens
- número de utilizadores por trimestre:
 - Janeiro a Março: 721
 - Abril a Junho: 878
 - Julho a Setembro: 1.163
 - Outubro a Dezembro: 720
- número de horas vendidas aos sócios por trimestre
 - Janeiro a Março: 78
 - Abril a Junho: 105
 - Julho a Setembro: 100
 - Outubro a Dezembro: 119
- dos frequentadores dos serviços de Internet a faixa etária mostra que 58% dos homens têm uma idade compreendida entre os 15 a 25 anos, enquanto que 76% das mulheres varia de 16 a 25 anos.
- Os maiores utilizadores são os jovens do bairro de Quelele, logo seguidos de Cuntum e bairro Militar
- A criação de regras de funcionamento interno do CMM ajudou muito a disciplinar o seu uso.

» **Mutualidade de Crédito de Quelele**

Em 2006, foram concedidos **66** empréstimos, beneficiando directamente 78 mulheres, o que totalizou **7.650.000** XOF, verificando-se uma taxa de reembolso de 88%.

As principais actividades que beneficiaram as mulheres com crédito foram:

» **Venda de Carvão:** foram concedidos 34 créditos no valor de **3.400.000 CFA** que beneficiaram 34 mulheres.

» **Venda de Óleo de Palma:** foram concedidos 6 créditos no valor de **600.000 CFA** que beneficiaram 8 mulheres.

» **Pequenas Comerciantes de Mesa,** nas feiras: foram concedidos 2 créditos no valor de **200.000 CFA**, que beneficiaram 4 mulheres

» **Venda de Lenha:** foram concedidos 2 créditos no valor de **150.000 CFA** que beneficiaram 4 mulheres.

» **Venda de Gelados:** foram concedidos 5 créditos no valor de **350.000 CFA**, que beneficiaram 6 mulheres.

» **Gestoras de Butique:** foram concedidos 3 créditos no valor de **300.000 CFA**, que beneficiaram 1 mulher e 2 homens.

» **Venda de Peixe:** foram concedidos 3 créditos no valor de **300.000 CFA** que beneficiaram 5 mulheres.

» **Tinturaria:** foram concedidos 2 créditos no valor de **400.000 CFA** que beneficiaram 2 mulheres.

» **Venda de Roupa:** foram concedidos 6 créditos no valor de **1.600.000 CFA** que beneficiaram 7 mulheres.

» **Venda de Bolos, Sandes e Bar:** foram concedidos 3 créditos no valor de **350.000 CFA** que beneficiaram 5 mulheres.

Em termos de resultados alcançados, salientam-se:

- **A nível social:** As beneficiárias utilizaram uma parte do seu lucro no pagamento das propinas dos seus filhos, na alimentação, no tratamento médico, no melhoramento das suas casas familiares e na pavimentação das varandas.
- **A nível económico:** passaram a frequentar mercados mais distantes, onde conseguem vender uma parte em grosso a um preço mais elevado do das *bideiras* revendedoras a retalho, reinvestiram o lucro no reforço da sua actividade ou iniciaram outras (venda de limão, por exemplo), algumas aumentaram o seu volume de negócios entre 50 a 400%,

Em 2006, o principal obstáculo esteve ligado com as vendedoras de carvão, uma das actividades mais rentáveis para as mulheres, mas que se viram espoliadas de forma arbitrária pelos guardas florestais. Isso levou muitas mulheres a abandonarem esta actividade.

Outro autêntico quebra-cabeças prende-se com o processo de legalização da Mutualidade de Poupança e Crédito de Quelele, a qual se arrasta já há mais de dois anos depois da realização da Assembleia Constituinte. Os documentos necessários para a legalização foram entregues na Célula de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Solidariedade-Poupança e Crédito (CADESPC), entidade supostamente destinada a facilitar a legalização deste tipo de organizações.

O principal argumento invocado é o da falta de nível escolar e conhecimentos académicos dos membros dos órgãos sociais eleitos na Assembleia Constituinte. Há que definir claramente se se pretende ou não dinamizar este tipo de associações à medida da nossa realidade concreta, ou então continuar a aceitar como determinante as disposições da UEMOA que vigoram em países com uma longa experiência em micro-crédito.

Impõe-se uma particular atenção na alfabetização dos principais responsáveis da Mutualidade, na reciclagem da sua contabilista e na formação em gestão de pequeno negócios para as beneficiárias.

Há que confrontar os Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Rural com a prática de extorsão de produtos como o carvão, óleo de palma e cabaceira efectuados pelos guarda-florestais e que apenas se pode compreender no âmbito da luta contra a pobreza... daqueles guardas.

D **PARCEIROS DA AD**

Em 2006, novas ONG e organizações municipais estabeleceram parcerias com a AD, foram consolidadas e ampliadas importantes cooperações já existentes e

nalguns casos parece haver um compasso de espera na decisão do prosseguimento de acções com a nossa ONG.

Esta situação, que aparentemente parece ser positiva, transporta em si o factor de sobrecarga de trabalho que ultrapassa a actual capacidade interna da AD, exigindo muito tempo e concentração para a concepção e elaboração de projectos, a prestação de informações e a redacção de relatórios.

Daí que se comece a tornar imperioso a selecção de novas parcerias que devem passar preferencialmente por organizações que aceitem partilhar conjuntamente a gestão do projecto, em particular a parte financeira e de elaboração de relatórios, sem esquecer o acompanhamento de terreno onde se partilham ideias e se confrontam opções.

Outras organizações mostram-se aparentemente interessadas em financiar projectos, enviam missões de estagiários ao terreno, elaboram listas infundáveis de perguntas, fazem perder muito do tempo que poderia ser consagrado a questões mais úteis, para no final, *por razões que a razão conhece*, decidirem da sua não pertinência. Nestes casos a AD deve, a partir de agora, prescindir destas parcerias até prova de que passaram a decidir de forma séria e honesta.

Outra questão que está na ordem do dia da cooperação é o da chamada **visibilidade**. Mais do que das ONG, tem sido uma exigência das organizações financiadoras. Acontece que se está a chegar a uma situação em que o número de placas de propaganda por Km² consegue quase igualar o número de cajueiros nessa zona... Chega a ser imoral quando se vê que o custo de uma placa é por vezes superior à verba concedida ao beneficiário.

Sendo uma questão incontornável, a AD deve encontrar com os seus parceiros formas de visibilidade que sejam mais educativas e estimulantes, em vez de meros instrumentos de propaganda.

Segundo os países, a situação das parcerias da AD em 2006 apresentam-se da seguinte forma:

a) HOLANDA

A **ICCO** prosseguiu o seu processo interno de “ajustamento estrutural” com as consequentes mudanças que ainda não foram decididas em definitivo. A situação de incerteza prevalece, dificultando a compreensão da sua nova política e estratégia. A ICCO sendo o nosso primeiro e mais antigo parceiro foi quem partilhou durante mais tempo os nossos sucessos e dúvidas. Foi estabelecido um acordo com a ICCO por 3 anos (2006-2009) no valor de **360.000 euros** para financiar os projectos PIC e PAN.

A **NOVIB** financiou uma fase intercalar de 6 meses (Outubro de 2006 a Março de 2007) no valor de **48.000 euros**, que antecederá uma nova fase de 2 anos e meio (Abril de 2007 a Dezembro de 2009) no valor de **277.000 euros**. O impacte da fase anterior foi notável com a existência de 25 rádios comunitárias

organizadas numa rede que colabora com outras rádios da CPLP e dos países vizinhos.

b) PORTUGAL

Com o **Instituto Marquês Valle Flor (IMVF)** a AD tem uma parceria materializada nos seguintes 4 projectos:

» o **Projecto Kasumai** no valor de **775.000 euros**, com a duração de 4 anos, cuja conclusão será em Abril de 2007 e em que os resultados são bem visíveis em termos de dinâmicas comunitárias, construção de infraestruturas (escolas, centros de saúde e lumus), elaboração de estudos de base (educação e comércio) e desenvolvimento da economia rural. Conta com o cofinanciamento da União Europeia e a parceria da ACEP.

» o **Projecto PISAC** no valor de **500.000 euros** concluído em Novembro de 2006, teve uma duração de 3 anos, contando com o cofinanciamento da União Europeia e do IPAD. Permitiu o “surgimento” da COAJQ enquanto organização forte de liderança do processo de desenvolvimento dos sectores de Cacheu, Canchungo, Caió e Calequisse e a criação de uma dinâmica associativa com reflexos no aumento da produção alimentar e introdução de inovações como os fornos de fumagem de peixe e prensas de óleo.



» o **Projecto Unam**, financiado pela União Europeia por 4 anos, no valor de **748.618 euros**, começou a ser executado no início de 2006, incluindo acções no âmbito da economia rural, agricultura, transformação de produtos, comercialização, saúde, ecoturismo e educação nos sectores de Cubucaré e Quitafine.

» o **Projecto Konkobai** cofinanciado pela União Europeia no quadro dos programas de segurança alimentar, no valor de **496.918 euros**, com a duração de 3 anos, teve o seu início em Janeiro de 2006 cobrindo o sector de Bigene e promovendo a recuperação de bolanhas salgadas, distribuição de sementes e pequeno material agrícola, apoio à pesca artesanal de rio, introdução de carroças de burro e construção de poços, bem como uma acção na área da saúde animal.

» o **Projecto Woncame** cofinanciado pela União Europeia no quadro dos programas de segurança alimentar, no valor de euros, com a duração de 3 anos e que terá o seu início no começo de 2007.

Com a **ACEP**, realizou-se o Primeiro Encontro das Rádios Comunitárias da CPLP que decorreu em Bissau em Março de 2006, ficando apenas por realizar o site das Rádios Comunitárias e um estudo de acompanhamento.

A cooperação com o **Ministério do Trabalho e Segurança Social** continua a caracterizar-se por um funcionamento exemplar dos projectos em curso, representando uma fonte de inspiração e um modelo de cooperação, assim outros tenham a capacidade e interesse em percebê-lo. Em 2006 foram

incrementados os seguintes projectos: Consolidação da Mutualidade de Crédito de Quelele que beneficiou de **15.000 euros** e Curso de Auxiliares de Educadoras de Infância na EAO com **60.000 euros**.

Com a **Escola Superior de Educação de Leiria**, prosseguiu o acompanhamento das escolas e centros de formação profissional da AD, em particular o da concepção para a produção de 2 DVD pedagógicos sobre “painéis solares” e “como construir um poço”. A partir de imagens produzidas pelas nossas televisões comunitárias o serviço áudio-visual da ESE concebe um DVD de formação em várias aulas.

Com o **CIATE** (Centro Integral de Adestramento Tecno-Electrónico), que assegurou em 2006 a especialização de um monitor de electrónica durante 3 meses na reparação de rádios e televisões. Tem acompanhado muito de perto o funcionamento do curso da EAO de electrónica, intervindo na mudança do currículo, realização de testes de avaliação dos alunos e identificação de novas especializações. A vinda a Bissau do seu Director permitiu conceber e instalar o novo curso de electricidade.

Com a **Câmara Municipal do Montijo** estabeleceu-se uma cooperação baseada na vinda de 4 jovens voluntários por um período de 6 meses para trabalhar em domínios de interesse para a AD em S.Domingos (Cenfor, Ludoteca, jornal comunitário e animação cultural).

Uma nova parceria foi iniciada com a **TESE** que se traduziu na elaboração de um projecto ambiental de “Promoção do acesso a fontes de energia moderna na Guiné-Bissau” que visa o uso do gás em substituição da lenha e carvão. Com uma duração de 3 anos e um montante de **1.678.974 euros** terá a parceria do IBAP, INIDA e GALP. A eventual aprovação do projecto poderá ocorrer em meados de 2007.

c) ESPANHA

Com o **Ayuntamiento de Elx** prosseguiu o programa pelo sétimo ano consecutivo, tendo em 2006 sido recebidos **14.240 euros** para a reconstrução de infraestruturas do CENFOR e para o funcionamento da Ludoteca, para além de equipamento diverso para a Associação dos Afilhados de Elx.

Com o **IEPALA** prosseguiu o projecto de 3 anos, com um financiamento para 2006 no valor de **58.974 Euros** com o objectivo da diversificação agrícola no sector de S.Domingos. Integrado no quadro das Doações Globais da União Europeia, ficará concluído em Fevereiro de 2007, sendo que a continuidade da parceria com esta ONG vai depender do interesse que manifestarem em iniciar novas acções.

d) BÉLGICA

Com a **Solidarité Socialiste**, continuou o projecto de Reforço do Movimento Associativo Rural do Norte, com um financiamento para o quarto ano (2006-07) de **37.830 Euros**. A intervenção no sector de S.Domingos traduziu-se pela

utilização com sucesso do conceito de fileira para o óleo de palma, metodologia que permitiu o envolvimento de todos os actores a montante e jusante da produção de óleo. Esta ONG tem-se preocupado em melhor capacitar os quadros da AD em metodologias de concepção, elaboração e monitoramento de programas de desenvolvimento.

e) ITÁLIA

Foi estabelecido o primeiro contacto com a Ong de Áquila, **ANI (Associazione Interpreti Naturalistici)** para a execução do projecto “ECO-GUINÉ”, que tem uma componente de educação-formação e outra de eco-turismo, centrado ao longo da linha da fronteira com a Guiné-Conakry, em particular nas zonas de Dulombi e Cantanhez.

f) Organizações estrangeiras sediadas em Bissau

A parceria com o **Fundo Canadiano de Iniciativas Locais (FCIL)**, manteve-se num excelente plano, tendo sido financiado em 2006 a construção das instalações da Rádio Balafon, com uma contribuição de **20.837 euros**.

Com a **Oxfam América** iniciaram-se os primeiros contactos para o eventual financiamento de um projecto de apoio às comunidades locais para enfrentar calamidades.

g) Organizações Internacionais, nacionais e regionais

A cooperação com a **União Europeia** continua a ser excelente sobretudo pela existência local de quadros desta organização ligados directamente aos nossos projectos, o que facilita a procura de soluções para os bloqueamentos que ocorrem e agilizam o funcionamento dos projectos. A União Europeia financia cinco projectos: Kasumai, PISAC, Uanan, Konkobai e a Doação com o IEPALA.



Com a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** a cooperação em 2006 resumiu-se à assistência técnica ao projecto da Mutualidade de Saúde de Varela.

Com a **UICN** têm-se mantido uma cooperação muito activa e eficaz, em especial na procura de soluções para os problemas que se vão colocando na gestão do futuro Parque Nacional de Cantanhez, e encontrando financiadores, organismos de apoio e identificando especialistas em áreas de intervenção.

A cooperação com o **PAM** jcentrou-se no apoio ao aproveitamento dos pequenos vales interiores do sector de Cubucaré para a produção de batata-doce-, mandioca e feijão mancanha.

A continuidade do Acordo de Parceria estabelecido em 2005 com o **Ministério das Pescas** da Guiné-Bissau, no valor de **29.480.000 Cfa**, foi “ignorado” arbitrariamente pelos novos titulares desta pasta governativa, sem a apresentação de qualquer explicação, o que revela um completo desconhecimento das leis e da ética. Faltava executar 70 % do montante inicial. Ficaram deste modo comprometidos as parcerias em curso entre a AD e as comunidades beneficiárias da construção de fornos melhorados, material de pesca, realização de intercâmbio entre Escolas de Verificação Ambiental, emissão de programas radiofónicos nas Rádios Comunitárias, implementação de acções de formação diversificada e a produção de um filme em DVD.

h) Personalidades

Para a nossa ONG a colaboração voluntária de pessoas que o fazem a título individual, tem um profundo significado solidário que inculca em todos quantos trabalham na AD valores de referência e comportamento.

Este ano gostaríamos de destacar:

» o Coronel **Nuno Rubim**, ex-militar português de Guiledje, que vem dedicando muito da sua competência, entusiasmo e tempo à Iniciativa de Guiledje, não só na componente de resgate histórico como no apoio ao futuro Museu-Arquivo Histórico-Militar de Guiledje.

» igualmente o sociólogo **Luís Graça**, coordenador do Blogue “Luís Graça e Camaradas da Guiné” tem sido incansável na divulgação da Iniciativa de Guiledje e na procura de fontes que tenham documentos e informações sobre o período da guerra em Guiledje.

» a nossa habitual referência é o professor **Filipe Santos**, da Escola Superior de Leiria, que se mantém atento à concepção do site da AD, tendo mesmo criado condições para que seja a própria AD a actualizá-lo.

» O professor belga **Hubert Lelotte**, continuou a sua cooperação com a AD na formação dos guias ecoturísticos de Cantanhez, prosseguindo a produção de um jornal mensal de ligação entre ele e os guias, intitulado “Partilha” e do qual foram publicados até Dezembro de 2006, 27 números.

Para todos eles, a certeza que a AD os tem como referência moral e bebe no seu exemplo para encontrar a coragem e capacidade de ir em frente.

Bissau, Junho de 2007